

VÍRUS

#12 — ABRIL/MAIO 2011

PASSADO E PRESENTE DAS LUTAS ESTUDANTIS

RUI BEBIANO ESTUDANTES EM MOVIMENTO: UMA
TIPOLOGIA LOCALIZADA DA REIVINDICAÇÃO

GUYA ACCORNERO A REPRESSÃO CONTRA OS
ESTUDANTES NO ESTADO NOVO (1956-1974)

JORGE COSTA CRISE DE 1962: COMO A DITADURA
PERDEU OS ESTUDANTES

DIANA ANDRINGA 1965, A CRISE SILENCIADA

MIGUEL CARDINA CRISES, HISTÓRIA E MEMÓRIA

JOSÉ MANUEL LOPES CORDEIRO RADICALISMO
POLÍTICO E ACTIVISMO ESTUDANTIL NOS ÚLTIMOS
ANOS DO FASCISMO (1969-1974)

ALEXANDRA SILVA DO BIÉNIO REVOLUCIONÁRIO
À LUTA "ANTI-PROPINAS" - MOVIMENTOS
ESTUDANTIS EM PORTUGAL (1976-1992)

ANDREA PENICHE ERA UMA VEZ UMA LEI

JOSÉ SOEIRO, NUNO SERRA, ANA DRAGO A PRAXE
EM PORTUGAL: ORIGENS E SIGNIFICADOS

ELÍSIO ESTANQUE MOVIMENTOS
E CULTURAS ESTUDANTIS



HUGO FERREIRA A CONTRA-REVOLUÇÃO NO ENSINO SUPERIOR

JOÃO TEIXEIRA LOPES DESIGUALDADES DE PERCURSO
NO ENSINO SUPERIOR

FABIAN FIGUEIREDO FUTEBOL DE CAUSAS,
UM DOCUMENTÁRIO DE RICARDO MARTINS

LUTAS ESTUDANTIS

CRISES, HISTÓRIA E MEMÓRIA

MIGUEL CARDINA



CRISES, HISTÓRIA E MEMÓRIA

POR MIGUEL CARDINA | INVESTIGADOR. CENTRO DE ESTUDOS SOCIAIS DA UNIVERSIDADE DE COIMBRA (CES)

DECORRIDAS QUASE QUATRO DÉCADAS SOBRE a queda do Estado Novo, o passado das lutas estudantis contra a ditadura continua a aparecer frequentemente referido nas narrativas memorialísticas de antigos activistas e nos discursos das actuais estruturas académicas. A evocação mais ou menos constante desse passado não significa, porém, que dele se tenha uma imagem completa e complexa. Pelo contrário, as leituras propagadas têm privilegiado a glorificação de alguns momentos específicos, mais espectaculares, em detrimento de um esforço compreensivo mais amplo. A referência constante às “crises académicas” é um exemplo que ilustra bem esta situação. Fomenta-se assim uma história episódica que interpreta as contestações da época mais como erupções desconectadas entre si e que, deste modo, tende a relegar para segundo plano as dinâmicas mais fundas da politização estudantil. Daí que 1962 e 1969 apareçam como os momentos áureos das lutas estudantis no Estado Novo, acompanhados, cada um deles, de uma respectiva circunscrição espacial: 1962 seria o ano da “crise” lisboeta, 1969 seria a data da “crise” coimbrã.¹ Detenhamo-nos então neste último exemplo.

AFRONTAR O REGIME

O episódio é conhecido: a 17 de Abril de 1969, Alberto Martins, então presidente da Direcção-Geral da Associação Académica de Coimbra (DG/AAC), levanta-

se para pedir a palavra em nome dos estudantes na cerimónia de inauguração do Departamento de Matemática. Na mesa, Américo Tomás dá a palavra, balbuciante, ao ministro das Obras Públicas, e encerra depois a sessão de maneira abrupta. À saída, a comitiva é vaiada pela multidão de estudantes que decide fazer a sua própria inauguração após a retirada das autoridades. Havia começado a “crise”.

Nessa mesma noite, Alberto Martins é preso. No dia seguinte, após a sua libertação, realiza-se uma Assembleia Magna na qual se exige a participação dos estudantes no Senado Universitário. A 22 de Abril, quando a situação parecia tender para a normalidade, alguns dos principais dirigentes são informados da sua suspensão da Universidade. Logo nesse dia, uma Assembleia Magna decreta luto académico, exortando-se os estudantes a transformar as aulas em debates sobre a actual situação. No dia 30 de Abril, o ministro da Educação Nacional, José Hermano Saraiva, vai à televisão apontar o dedo à “onda de anarquia que tornou impossível o funcionamento das aulas”, dando estranhamente a conhecer a agitação que os jornais, a rádio e a televisão estavam impossibilitados de mostrar.

A 6 de Maio a Universidade de Coimbra é encerrada por decisão ministerial, sendo mantido o calendário de exames. No dia seguinte, a Queima das Fitas é anulada. A DG/AAC publica então a “Carta à Nação”, numa

estratégia de abertura do movimento ao exterior. Aí se afirma que “a nossa luta só poderá fazer tréguas quando tivermos atingido uma Universidade Nova num Portugal Novo”.

Nos círculos de discussão e convívio que então substituem as aulas, a greve aos exames é equacionada. A nova opção táctica é problemática, pois a sua viabilidade dependeria de uma vasta adesão. Caso falhasse, a proposta teria efeitos desgastantes, desde logo a título pessoal: a reprovação dos faltosos e um possível passaporte antecipado para África. A 28 de Maio, uma concorrida Assembleia Magna ratifica por ampla maioria a proposta de “abstenção aos exames”. Com a zona da universidade militarmente ocupada, os estudantes organizam um esquema de piquetes de greve e accionam uma série de iniciativas em sintonia com o “espírito do tempo”: soltam balões na Baixa coimbrã, distribuem flores à população, difundem *cartoons* humorísticos, armadilham com tachas as zonas por onde os carros da polícia circulavam.

A 22 de Junho, na Final da Taça de Portugal, numerosos estudantes deslocam-se a Lisboa para assistir à partida que oporia Académica e Benfica. De Coimbra levam cartazes e comunicados que distribuem à população da capital, por entre palavras de ordem entoadas em coro. No final, a equipa da Luz venceria por 2-1 com um golo marcado por Eusébio já no prolongamento. O

encontro não é televisionado e, pela primeira vez, o presidente Américo Tomás não está presente para entregar a Taça.

Em finais de Julho, a percentagem de exames boicotados era de 86,8%. Como facilmente se conclui, a grande maioria adere à difícil estratégia da greve aos exames. Aqueles que rompiam – muitos por pressão familiar – viam o seu nome inscrito em listas públicas de “traidores” e eram alvo das mais variadas formas de ostracismo. Entretanto, a polícia vai efectuando dezenas de prisões que se prolongariam pelos meses de Verão.

Já no início do ano lectivo seguinte, quarenta e nove destacados activistas estudantis são incorporados nas fileiras do exército. No momento da despedida, na Estação de Coimbra-B, gritam-se palavras de ordem contra a guerra colonial. O tema havia estado ausente do catálogo explícito das reivindicações, mas a partir daí segue-se um caminho que em Lisboa já se havia começado a trilhar: contestar a guerra e contestar o regime tornar-se-iam faces da mesma moeda.

LAPSOS DA MEMÓRIA

Em Novembro de 2006, por ocasião da remodelação do bar instalado no rés-do-chão do edifício da AAC, o jornal estudantil *A Cabra* publicou uma notícia na qual se descreve a decoração como sendo feita de imagens “alusivas a momentos marcantes da academia, como o Maio de 69”. A referência amalgamada à “crise de 69” e ao “Maio de 68” pode muito bem ilustrar uma apropriação do passado feita, simultaneamente, de excesso e carência. O mesmo se pode dizer de uma recente sondagem feita pelo mesmo jornal a um considerável número de estudantes: se a grande maioria sabe que se passou

algo de grandioso em 1969, muito menos são aqueles que conseguem identificar episódios concretos.

Desde logo, são curiosas algumas “imagens erradas” que o inquérito mostra, como a ideia de que “crise” foi despoletada pelo aumento de propinas ou a funda convicção de ter existido uma manifestação nacional durante esse período. Isto parece confirmar um processo amplamente documentado: a representação que os grupos fazem do seu passado é sempre “contaminada” pelo presente. Ou seja, os estudantes reconhecem que em 1969 houve uma forte contestação e isso significa, segundo as suas grelhas de leitura, “luta contra as propinas” e “manifestações nacionais”.

A verdade é que não se podem pensar os processos de construção das memórias estudantis sem se ter em conta a particular instabilidade dos estudantes enquanto grupo social. O facto de os estudantes do ensino superior serem indivíduos em trânsito, permanecendo meia dúzia de anos no terreno universitário, faz com que a transmissão da memória tenha de lidar regularmente com interrupções e curto-circuitos. Se, por vezes, esta condição pode funcionar como potenciadora de um envolvimento mais criativo e descomplexado, muitas vezes o desconhecimento do lastro histórico pode dificultar a adopção de perspectivas mais preocupadas com os potenciais legados da memória, que fica assim reduzida a alguns símbolos, observados num misto de admiração e negligência interpretativa.

Se relativamente a outros momentos da história do movimento estudantil grassa o desconhecimento, no que concerne à “crise de 69” é notória a deslocação do terreno da história para o terreno da simbologia, transformando-a numa espécie de arquétipo mobilizador

despojado de complexidade hermenêutica. Repare-se o modo como, sempre que existem picos de contestação, aparece a comparação com esse momento, integrando a iniciativa do presente numa espécie de legitimidade ética (e épica) que teria o seu momento mais marcante naquele episódio. Num estudo sobre o movimento “antipropinas” da década de 1990, Ana Drago refere a presença à época de uma “memória romantizada” que fornecia uma “imagem de heroicidade da condição de estudante” e que funcionava como instrumento de mobilização colectiva e como inspiração para o envolvimento pessoal.²

ESTRANHOS CONSENSOS

Por outro lado, a inegável força simbólica de 69 leva a que antigos estudantes que se remetiam a uma posição de distanciamento ou de efectiva recusa do movimento ainda hoje tenham dificuldades em se assumir como pertencentes à minoritária direita académica, produzindo declarações, no mínimo, desconcertantes. Em entrevista publicada a 30.09.2006 na revista *Tabu*, do jornal *Sol*, Souto Moura admite que furou a greve aos exames, que o seu grupo de amigos se centrava nos sectores da direita mais radicalizada, mas que se considerava “de esquerda” e adepto de uma democracia de tipo sueco. Nas suas palavras, estava equidistante quer dos simpatizantes do regime, quer “dos maoístas” – caricaturando deste modo o activismo da época, já o advento organizado do maoísmo em Coimbra apenas ocorre no ano lectivo de 1971/72.

De modo semelhante deve ser lida a presença de José Miguel Júdice, líder da direita académica de então, na comemoração dos 35 anos da “crise”, organizada em

2004 pela DG/AAC. Apesar de anotar as diferenças ideológicas em jogo, Júdice definiu-a na altura como uma revolta geracional, e nessa medida também sua. Em ambos os casos, a pertença ao campo afectivo da “crise” confunde-se com a estadia num domínio etário e geográfico comum, numa estratégia de naturalização que visa esbater a importância das clivagens políticas, culturais e morais traçadas à época.

À SOMBRA DE ABRIL

Termine-se com uma ideia que ficará aqui suspensa à espera de uma outra altura para se desembrulhar. E que é esta: não se pode compreender as leituras actuais sobre a “crise de 69” sem termos sobre elas o horizonte aberto com o 25 de Abril de 1974. Não só porque 1969 representou um marco importante no processo de desafecção das elites relativamente ao Estado Novo, mas também porque foi o posterior vinco democrático que permitiu a existência de narrativas sobre o acontecimento e a consequente reordenação entre “vencedores” e “vencidos”. Uma antiga activista estudantil, Fátima Saraiva, recorda como ela e outros companheiros só começaram verdadeiramente a recordar a “crise” quando começaram as “comemorações”.³ Com efeito, foi a partir de finais da década de setenta que se começou a divulgar uma arrumação narrativa desse período baseada numa certa “memória de vitória”. Esta viria a assentar na valorização do papel da unidade em detrimento da divergência ideológica, na análise das linhas políticas do movimento em detrimento da consideração das componentes culturais e de costumes, mais espontâneas e menos tácticas, e na acentuação de um certo “imaginário de festa”, necessariamente feliz, em detri-

NÃO SE PODE COMPREENDER AS LEITURAS ACTUAIS SOBRE

A “CRISE DE 69” SEM TERMOS SOBRE ELAS O HORIZONTE ABERTO COM O

25 DE ABRIL DE 1974, (...) QUE PERMITIU A EXISTÊNCIA DE NARRATIVAS

SOBRE O ACONTECIMENTO E A CONSEQUENTE REORDENAÇÃO

ENTRE “VENCEDORES” E “VENCIDOS”

mento de um olhar menos romântico, que contemplasse também o peso das experiências de cárcere, as ressacas, os desânimos e os caminhos distintos que o movimento estudantil trilhou no seguimento da “crise de 69”.

NOTAS:

1 - Isto apesar dos estudos existentes sobre ambos os acontecimentos mostrarem que os conflitos eclodiram em ambas as cidades e se inseriram num fluxo reivindicativo que transcendeu, a montante e a jusante, os referidos anos. Ver, por exemplo, Álvaro Garrido (1996), *Movimento estudantil e crise do Estado Novo: Coimbra 1962*. Coimbra: Minerva; Marta Benamor Duarte (1997), *Foi apenas um começo: a crise académica de 1969 na história do movimento estudantil dos anos sessenta e da luta contra o Estado Novo*. Tese de mestrado apresentada à Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade de Lisboa.

2 - Ana Drago (2004), *Agitar antes de Ousar: O movimento estudantil «antipropinas»*. Porto: Afrontamento, p. 181.

2 - Maria Manuela Cruzeiro e Rui Bebião (org. e pref.) (2006), *Anos Inquietos. Vozes do Movimento Estudantil em Coimbra (1961-1974)*. Porto: Afrontamento, p. 208.

FOTOS NESTA EDIÇÃO:

PÁGINAS 38 E 43 ISABEL AIRES DE SOUSA

PÁGINAS 53, 58, 63 E 66 PAULETE MATOS

PÁGINA 45 SONIART

REVISTA VÍRUS #12

ABRIL/MAIO 2011

DIRECÇÃO

JOÃO TEIXEIRA LOPES

EDIÇÃO GRÁFICA

LUÍS BRANCO

CONSELHO EDITORIAL

ANA DRAGO

ANDREA PENICHE

JORGE COSTA

JOSÉ SOEIRO

MANUEL DENIZ SILVA

MARIANA AVELÃS

NUNO TELES

PEDRO SALES

RITA SILVA

RUI BORGES

WWW.ESQUERDA.NET/VIRUS

REGISTO ERC Nº 125486 | PROPRIEDADE: BLOCO DE ESQUERDA

RUA DA PALMA, 268 - 1100-394 LISBOA

**ESTA OBRA ESTÁ LICENCIADA SOB
UMA LICENÇA CREATIVE COMMONS**

